



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 193414-5/02

EMBARGANTE: FUNAPE

EMBARGADO: TAJANE MARIA SILVA

RELATOR: Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DE MÉRITO. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 535 DO CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

- O Acórdão ora vergastado não se encontra elivado de nenhum dos vícios ensejadores da interposição de Embargos de Declaração.
- Na verdade, o que a Embargante pretende é a rediscussão da matéria meritória já decidida no teor da decisão embargada, o que é vedado em sede de Embargos de Declaração.
- Ainda que tenha o escopo de prequestionamento, caso a decisão não se encontre elivada de omissão, obscuridade ou contradição, não merecem ser os embargos acolhidos, sob pena de ofensa ao art. 535 do CPC.
- Embargos Declaratórios rejeitados. À unanimidade.

ACÓRDÃO

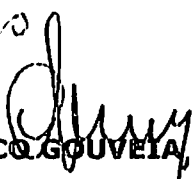
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 193414-5/02, em que é embargante a FUNAPE – Fundação de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco e embargada TAJANE MARIA SILVA, acordam os Exmos. Srs. Desembargadores componentes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **REJEITAR** os presentes embargos de declaração, na forma do relatório, votos e das notas taquigráficas anexas, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 26/01/2010


DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Relator/Presidente -



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 193414-5/02

EMBARGANTE: FUNAPE

EMBARGADO: TAJANE MARIA SILVA

RELATOR: Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

A FUNAPE ingressou com os presentes Embargos Declaratórios contra Acórdão proferido nos autos do Recurso de Agravo nº 193414-5/01, pela Sétima Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, que negou provimento ao mesmo, mantendo a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo da pensão da ora Embargada.

Argumenta o Embargante, em suma, que há omissão no julgado, não sendo observado o devido processo legal, que não foi apreciado o disposto nos arts. 40, §§ 7º e 8º; 37, X; e 97 da CF. Por isso, requer que seja dado provimento aos Embargos, sanando a omissão apontada, com vistas ao prequestionamento da matéria constitucional a fim de viabilizar a interposição de recurso excepcional.

Tendo em vista que a apreciação das matérias acima expostas poderá acarretar efeitos infringentes aos presentes embargos, a Embargada foi intimada para oferecer suas contra-razões, mas não o fez.

É o relatório.

Recife, 26/01/2002


JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Desembargador Relator -



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 193414-5/02

EMBARGANTE: FUNAPE

EMBARGADO: TAJANE MARIA SILVA

RELATOR: Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

VOTO

Os presentes Declaratórios foram intentados com o escopo de que seja sanada suposta omissão de que se encontraria eivado o *Decisum*.

No entanto, o que a Embargante pretende é a rediscussão da matéria objeto do recurso, o que é vedado em sede de Aclaratórios, cujo objeto restringe-se àquele estabelecido nos incisos I e II do art. 535 do Estatuto dos Ritos.

Corroborando tal entendimento, bastante elucidativo o *Decisum* abaixo colacionado:

"Ementa: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. REDISSCUSSÃO DE QUESTÕES DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO.

1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas traduzem inconformismo com o teor da decisão embargada, pretendendo rediscutir matérias já decididas, sem demonstrar omissão, contradição ou obscuridade (art. 535 do CPC).

2. Omissis

3. Embargos de declaração rejeitados."



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

(Processo EDcl no REsp 775241 / SP ; EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL 2005/0139167-7; Rel. Ministro: TEORI ALBINO ZAVASCKI; Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA; Data do Julgamento: 25/10/2005; Data da Publicação/Fonte: DJ 14.11.2005 p. 228).

Cabe esclarecer que, ante a inocorrência de qualquer vício que enseje a interposição de Embargos Declaratórios, mesmo havendo o requerimento de prequestionamento explícito da matéria, os embargos também não merecem ser acolhidos, sob pena de contrariar o disposto no art. 535 do CPC.

Nesse sentido é o entendimento deste Egrégio Tribunal de Justiça, acerca da matéria, conforme se infere da transcrição abaixo:

"Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. 1. Inocorrentes as hipóteses de omissão e contradição, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a reapreciação de prova documental acostada aos autos, o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535 do CPC; 2. Mesmo com o fim de prequestionamento, se a decisão não está eivada de quaisquer desses vícios, os embargos não podem ser conhecidos, sob pena de afronta ao Art. 535 do CPC; 3. O magistrado não é obrigado a analisar todas as alegações das partes se apenas uma delas tem força para firmar sua convicção. Precedentes do TRF-5ª Região; 4. Embargos rejeitados, à unanimidade." (Grifos Acrescidos)

Ass




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

(Embargos de Declaração: 113140-6/01; Relator: Santiago Reis.
Órgão Julgador: Segunda Câmara Cível. Publicação: Nº DJ: 105
Data da Publicação: 07/06/2005).

Ante as razões acima esposadas, **VOTO** pela rejeição dos presentes
Aclaratórios, para manter incólume o Acórdão prolatado no Recurso de Agravo nº
193414-5/01.

É o meu voto Srs. Desembargadores.

Recife, 26/01/2006


JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
Desembargador Relator